



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682297 - SP (2021/0232052-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : ALEX GALANTI NILSEN  
**ADVOGADO** : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDERSON VILELA GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDERSON VILELA GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2138950-23.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena no regime fechado e teve o pedido de progressão ao regime menos gravoso indeferido pelo Juízo da execução até que se realize exame criminológico, a fim de aferir o adimplemento do requisito subjetivo.

Nesta via, o impetrante sustenta que o paciente está submetido a constrangimento ilegal, pois o acórdão impugnado manteve a exigência de exame criminológico para a progressão de regime sem amparo em fundamentação idônea.

Alega que o paciente já cumpriu o lapso temporal exigido para a benesse e que o indeferimento do pedido de progressão atenta contra o princípio da individualização da pena e a jurisprudência do STJ acerca do tema, bem como contra as diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão combatido e a determinação de imediata análise do pleito de progressão de regime pelo Juízo da execução.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que a matéria de fundo não foi apreciada pela Corte de origem, na medida em que o Tribunal local limitou-se a rechaçar o conhecimento do *mandamus*, porquanto utilizado como sucedâneo de recurso próprio a ser interposto perante o juízo da execução.

Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confirma-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENAS EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

*conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência